



TECENDO MEMÓRIAS: A CULTURA E RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES NEGRAS E QUILOMBOLAS NO ALTO OESTE POTIGUAR

Adriéla Mycol da Silva¹
Boanerges de Freitas Barreto Filho²
Deise Dantas de Oliveira Alencar³
Franciclécia de Sousa Barreto Silva⁴

RESUMO

Este relato se concentra nas atividades de extensão realizadas pelo Projeto Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT – 7ª Edição), sob a perspectiva dos membros do Museu da Economia Sertaneja, localizado no Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF). O principal objetivo das iniciativas de extensão, especialmente no contexto do Museu da Economia, é enriquecer o conhecimento e facilitar o acesso a informações históricas, econômicas e sociais relacionadas à realidade do sertão nordestino. Na edição em questão, o enfoque foram as memórias das comunidades negras e quilombolas que residem na região do Alto Oeste Potiguar, uma área reconhecida por sua profunda e valiosa herança cultural. Além disso, destaca a realização de eventos e exposição temática com base nos dados coletados, intitulada “Cultura e resistência: memórias de comunidades quilombolas e outras comunidades negras no Alto Oeste Potiguar”. Por fim, enfatiza o compromisso do projeto de extensão em fortalecer a identidade cultural negra da região, promovendo atividades acadêmicas e pedagógicas que celebram e preservam as memórias das comunidades quilombolas e negras. Através de uma abordagem interdisciplinar, este relato de experiência sublinha como a extensão cultural desempenha um papel fundamental na promoção da cultura e resistência dessas comunidades, contribuindo para a construção de pontes entre o passado e o presente. Assim, conecta-se com as ricas memórias que moldam a identidade desses grupos no Alto Oeste Potiguar.

PALAVRAS-CHAVE: PROCULT; Extensão cultural; Economia sertaneja; Comunidades de remanescentes quilombolas.

1 Monitora do PROCULT (7ª edição) /Economia - DEC/CAPF.

2 Mestre e Docente do Departamento de Economia (DEC) - Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF)-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

3 Voluntária do PROCULT (7ª edição) /Economia - DEC/CAPF.

4 Doutora e Docente do Departamento de Economia (DEC) - Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF)-Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).





PROVIDING MEMORIES: CULTURE AND RESISTENCE OF BLACK PEOPLE AND QUILOMBOLAS COMMUNITIES IN WESTERN REGION POTIGUAR

ABSTRACT

This report focuses on the extension activities carried out by the Roots of Sertanejo Culture Project (PROCULT – 7th Edition), from the perspective of the members of the Museum of Sertanejo Economy, located at the Advanced Campus of Pau dos Ferros (CAPF). The main objective of these extension initiatives, especially within the context of the Museum of Economy, is to enrich knowledge and facilitate access to historical, economic, and social information related to the reality of the Northeastern hinterland. In the edition in question, the focus was on the memories of black and quilombola communities residing in the Alto Oeste Potiguar region, an area recognized for its deep and valuable cultural heritage. Additionally, it highlights the organization of events and thematic exhibitions based on the collected data, titled "Culture and Resistance: Memories of Quilombola and Other Black Communities in Alto Oeste Potiguar." Finally, it emphasizes the commitment of the extension project to strengthen the black cultural identity of the region, promoting academic and pedagogical activities that celebrate and preserve the memories of quilombola and black communities. Through an interdisciplinary approach, this experiential report underscores how cultural extension plays a fundamental role in promoting the culture and resistance of these communities, contributing to the construction of bridges between the past and the present. Thus, it connects with the rich memories that shape the identity of these groups in the Alto Oeste Potiguar.

KEYWORDS: PROCULT; Cultural outreach; Sertaneja economy; Quilomba Remnant Communities.

1 INTRODUÇÃO

Ribeiro (2018) destaca que a década de 1980 marcou o início de diversas experiências de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. Dois marcos significativos desse período foram a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 e a implementação da Lei de Cotas Raciais nas Universidades Públicas em 2012, que representaram importantes conquistas do Movimento Negro. Entre todas as iniciativas governamentais voltadas para a redução das disparidades socioeconômicas entre negros e brancos, a reserva de cotas nas universidades se destacou como uma das mais polêmicas.

Vale ressaltar que o ordenamento jurídico brasileiro já previa trata-





mentos diferenciados para grupos específicos da sociedade, como a demarcação de terras para indígenas, cotas para pessoas com deficiências e a reserva de vagas para mulheres na composição das listas partidárias. No entanto, segmentos mais conservadores da sociedade manifestaram fortes objeções a essa política, embora seja reconhecido que, com o tempo, as cotas se consolidaram, apesar das resistências ainda presentes. Os resultados satisfatórios obtidos com essa medida devem servir como base para a formulação de ações mais amplas.

Cruz e Valente (2004) enfatizam que em 2003 o Governo Federal publicou o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. Essa iniciativa foi um marco importante para preservar a vida e a cultura de populações extremamente vulneráveis, assegurando o direito fundamental à posse e titulação das terras.

Além disso, outras ações governamentais relevantes incluem a criação da Fundação Cultural Palmares em 1988, o estabelecimento da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003, o lançamento do Programa Brasil Quilombola em 2004, a Agenda Social Quilombola em 2007, a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010) e a implementação das cotas raciais nas universidades públicas em 2012. A institucionalização de políticas afirmativas representou um avanço significativo, mas ainda não é suficiente para resolver os problemas socioeconômicos históricos enfrentados pela população negra, especialmente aqueles que residem em comunidades remanescentes de quilombos.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 1) a importância em se definir “Comunidade Quilombola” decorre da exigência legal para o reconhecimento e titulação das terras, conforme previsão legal emanada do artigo no 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Os traços caracterizadores da Comunidade Quilombola são: a origem e laços comuns, a ligação com o território como centro das manifestações socioeconômicas e culturais e, principalmente, a autoidentificação da condição (Andrade, 1997).

A demarcação e titulação das terras quilombolas no Brasil são atribuições do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme estabelecido pelo Decreto n.º 4.887 de 2003. Além disso, a Fundação Cultural Palmares, um órgão público, tem a responsabilidade de preservar o patrimônio cultural quilombola no Brasil, conforme destacado por (Porfírio, 2022).

De acordo com a FCP (2022), o Rio Grande do Norte tem 33 Comunidades Quilombolas que já foram reconhecidas e certificadas, com as Portarias publicadas no Diário Oficial da União, sendo os municípios de Portalegre/RN e Jundiá/RN, com quatro comunidades cada, aqueles com maior frequência





de casos reconhecidos no Estado.

Entendendo a riqueza intrínseca e, sobretudo, compreendendo a urgente necessidade de preservar, valorizar e difundir a cultura e a história do sertão, é que se aprecia a existência do Museu da Cultura Sertaneja (MCS), localizado no Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), centro de referência que regularmente promove atividades de extensão através do Projeto Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT). Este projeto envolve equipes multidisciplinares de diferentes departamentos do Campus de Pau dos Ferros (CAPF), incluindo o Museu da Economia Sertaneja, composto por docentes e discentes do Departamento de Economia (DEC), o “Museu das Coisas Sertanejas e Virtuais” e o “Museu do Cordel e Pedagógico”, pertencentes aos Departamentos de Letras Vernáculas (DLV) e Letras Estrangeiras (DLE) (MCS, 2021).

O Projeto de Extensão PROCULT, em sua 7ª edição, desempenhou um papel de extrema importância, estabelecendo uma sólida conexão com o ensino e a pesquisa ao se dedicar ao estudo da rica cultura quilombola das comunidades que habitam o sertão. Este foi enriquecido por um vasto conjunto de dados obtidos através de entrevistas e relatórios minuciosos (teses/dissertações), os quais se transformaram em registros de inestimável relevância para a exposição temática do MCS: “Cultura e resistência: memórias de comunidades quilombolas e outras comunidades negras no Alto Oeste Potiguar”.

Os dados coletados durante a execução do projeto, são muito mais do que meros registros; eles são a encarnação viva da história, da tradição e da herança cultural das comunidades quilombolas do sertão. Ao serem preservados e apresentados no contexto do Museu de Cultura Sertaneja, esses dados enriquecem

a exposição temática, proporcionando aos visitantes uma visão detalhada e autêntica da vida, dos costumes, das crenças e das contribuições dessas comunidades para a cultura sertaneja. A relevância desses dados vai além da academia, pois eles também servem como ferramenta educacional, informando e sensibilizando o público sobre a importância da diversidade cultural e da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Além disso, a disponibilidade desses registros contribui para a promoção de diálogos interdisciplinares, incentivando novas pesquisas e discussões sobre a cultura sertaneja e sua relação com as comunidades quilombolas.

Desse modo, o presente relato de experiência se concentra nas atividades de extensão realizadas na 7ª Edição do PROCULT, sob a perspectiva dos membros do Museu da Economia Sertaneja, localizado no Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF). O principal objetivo dessas iniciativas de extensão, especialmente dentro do contexto do Museu da Economia, voltou-se para as memórias das comunidades negras e quilombolas que habitam a região do Alto Oeste Potiguar, uma área reconhecida por sua profunda e valiosa herança cultural.





É de suma importância ressaltar a integração harmoniosa e altamente benéfica do projeto de extensão com as esferas do ensino e pesquisa, a partir da notável participação de duas estudantes do curso de Ciências Econômicas no CAPF na 7ª edição do PROCULT, uma bolsista e outra voluntária. São experiências que ressaltam de maneira contundente a importância do projeto de extensão na formação acadêmica, pois demonstram que a combinação entre ensino, pesquisa e extensão não só capacita nossos estudantes com habilidades práticas valiosas, mas também os motiva a contribuir ativamente para projetos de relevância social e acadêmica.

O relato que segue, apresenta partes da exposição temática do MCS, vinculada as CRQs selecionadas: CRQs do Pega (Portalegre/RN), do Sítio Sobrado (Portalegre/RN), bem como das regiões de Lagoa do Mato e Coati (Luís Gomes/RN), Vila aparecida, localidades visitadas pelo museu de Economia e demais membros do PROCULT, em 2022.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

Mesmo diante do desafiador período pandêmico, foi possível realizar reuniões e ações extensionistas de grande relevância para estimular o debate em torno das memórias das comunidades quilombolas e outras comunidades negras no Alto Oeste Potiguar. Essas ações incluíram a realização de discussões temáticas online e momentos presenciais. Foi realizada, por exemplo, uma roda de conversa no auditório do campus, por ocasião do lançamento da exposição intitulada “Cultura e Resistência: Memórias de Comunidades Quilombolas e Outras Comunidades Negras no Alto Oeste Potiguar,” no Museu de Cultura Sertaneja localizado no campus da UERN em Pau dos Ferros. No evento estavam presentes a comunidade acadêmica do CAPF/UERN, público externo à IES, convidados de outros museus da região e membros das comunidades quilombolas representados na exposição.

Os eventos e a exposição temática promovidos pelo PROCULT, no Museu da UERN foram elementos fundamentais que contribuíram significativamente para o enriquecimento do conhecimento e para a facilitação do acesso a informações históricas, econômicas e sociais relacionadas à realidade do sertão nordestino.





Figura 01 – Roda de Conversa: Abertura da Exposição “Cultura e resistência: memórias de comunidades quilombolas e outras comunidades negras no Alto Oeste Potiguar” – CAPF/ UERN, 2022



Fonte: MCS (2022)

De modo específico, coube ao Museu da Economia Sertaneja compreender a realidade socioeconômica das Comunidades de Remanescentes Quilombolas (CRQs) e de outras comunidades negras no Alto Oeste Potiguar. No entanto, neste relato, o foco foi delimitado para as CRQs do Pega (Portalegre/RN), do Sítio Sobrado (Portalegre/RN), bem como das regiões de Lagoa do Mato e Coati (Luís Gomes/RN) e Vila Aparecida, todas visitadas pelo Museu da Economia e outros membros do PROCULT. Vamos ao relato!

2.1 Descrição de vivências

A certificação do CRQ do Sítio Pega foi obtida por meio do Processo nº 01420.001107/2006-91, e a certificação foi oficializada pela Portaria nº 8/2007, que foi publicada no Diário Oficial da União em 07/02/2007 (FCP, 2022). Quanto à situação fundiária, verificou-se a existência do processo nº 54330.000944/2011-35, o qual foi iniciado em 2011 com o objetivo de conceder a titulação das terras (CSIP, 2022).

Quanto à titulação das terras na CRQ do Sítio Pega, é relevante ressaltar que ficou evidenciado, por meio de relatos e observações no local, que a comunidade está passando por um processo de intrusão de não remanescentes. Isso inclui a venda de lotes de terra para a construção de moradias e a instalação de chácaras por parte de indivíduos sem qualquer vínculo com a população local.

Ganharam relevo nas falas, a Dança de São Gonçalo, uma manifestação cultural e religiosa característica da comunidade, juntamente com a farinhada, uma atividade econômica praticada pelos habitantes locais, e que desempenham um papel significativo na consolidação dos laços comunitários.





rios e familiares. Na exposição temática no MCS, o espaço foi reservado para apresentar elementos da dança/vestimenta, informações, fotografias, exposição de vídeos da dança.

Figura 02 – Exposição do MCS: CRQ/Portalegre-RN, 2022



Fonte: MCS (2022). Departamento de Economia/dia de visitação. Acervo dos autores (2022).

É fascinante desvendar a trajetória da Dança de São Gonçalo em Portalegre e determinar quando a CRQ do Sítio Pega começou suas apresentações. No livro "Portalegre: Origem e Contemporaneidade", de José Jácome Barreto, o autor dedica tr s páginas   fascinante história da dança na região de Portalegre, indo além ao incluir a reprodução de algumas estrofes da música que acompanha essa forma de expressão artística.

De acordo com o autor, ele traça a chegada da dança   serra portalegrense no século XIX, atribuindo esse fen meno cultural aos boiadeiros (Barreto, 1986).

Um depoimento gravado durante uma visita revela que a dança foi introduzida na comunidade por um cidadão português que temporariamente se hospedou em uma casa próxima ao Sítio Pega, dedicando-se a transmitir seu conhecimento a algumas pessoas da região.

Ainda segundo Barreto (1986), que cita o historiador Nonato Mota, as apresentações normalmente ocorriam nos pátios das fazendas. O próprio





historiador teria testemunhado uma dessas apresentações na “Fazenda Bezzerro”, propriedade da família Gomes Amorim. A matriarca, “Dona Maria Gomes”, era reverenciada como a “mãe da pobreza”.

Nesse contexto, é possível conjecturar que a Dança de São Gonçalo se tornou um meio para angariar apoio financeiro à medida que conquistava a simpatia de benfeitores como “Dona Maria”.

Barreto (1986) também relata uma experiência vivenciada pelo pesquisador Francisco de Assis Silva na fazenda de Manoel Ferreira, em 1938, no sítio Baixa Grande. Ele observa que as apresentações da dança podiam durar de 6 a 12 horas, com intervalos para consumir aguardente, tomar café e recarregar as energias. Assim, o entretenimento proporcionado pelos fazendeiros se tornou uma oportunidade para os participantes das apresentações buscarem integração social e auxílio financeiro, especialmente diante das proibições e repressões impostas pelos padres nas primeiras décadas do século XX.

No que diz respeito à Dança de São Gonçalo, constatou-se que a tradição ainda persiste devido ao esforço de Dona Aldizes e de um grupo de pessoas dedicadas. No entanto, torna-se evidente que a tradição não tem recebido o devido apoio por parte do Poder Público, uma vez que não foram identificadas ações concretas para que a Comunidade possa realizar suas apresentações.

Um relato obtido também demonstrou que a Igreja Católica foi uma crítica rigorosa da tradição, e somente com a chegada do Padre Dário Torbole, em 1977, é que se estabeleceu uma relação mais amigável e tolerante. O depoimento se compatibiliza com a reprovação atribuída ao bispo de Mossoró, Dom Jaime Câmara, ao visitar Portalegre, por volta de 1930, visto que a dança era considerada ofensiva à “[...] moral religiosa e aos princípios cristãos [...]” (Barreto, 1986, s/p., *apud* Moraes, 2003, p. 168).

Acredita-se que a Dança do São Gonçalo, historicamente censurada e repudiada pela Igreja Católica, além de negligenciada pelo Poder Público local, tenha persistido devido à iniciativa de indivíduos da comunidade. Os fatores mais marcantes para a manutenção dessa tradição ao longo do tempo incluíram: resiliência comunitária; isolamento geográfico da comunidade, causado pela discriminação e até violência física por parte dos habitantes da cidade; laços familiares entre os participantes; a perspectiva de se ter uma forma de entretenimento e diversão, uma vez que os membros da comunidade não eram bem-vindos nas festividades organizadas pela população “não indígena”; a possibilidade de obter algum benefício econômico para os participantes da dança, incluindo relatos de que a dança era realizada em algumas fazendas da região, e os dançarinos recebiam doações de alimentos e pequenas quantias em troca de suas apresentações.

Sobre as casas de farinhas, Moraes (2003) destaca a importância das farinhadas na comunidade, momentos em que a mandioca era colhida e pro-





cessada nas Casas de Farinha. Essa prática desempenhava um papel fundamental, não apenas por sua relevância na produção de alimentos, mas também por reforçar os laços familiares e comunitários. Durante as farinhadas, parentes e membros da comunidade uniam-se em verdadeiros mutirões solidários, auxiliando uns aos outros durante as colheitas de mandioca. Essa colaboração mútua não apenas facilitava o trabalho, mas também fortalecia os laços sociais entre as pessoas envolvidas. Além disso, a produção de farinha tinha uma importância econômica significativa, já que parte do produto, especialmente a farinha, era reservada para o consumo familiar ao longo do ano. O excedente podia ser vendido, proporcionando uma fonte de renda para as famílias. Dessa forma, as farinhadas desempenhavam um papel multifacetado na vida da comunidade, combinando aspectos sociais, econômicos e culturais.

Na CRQ do Sítio Pega, foi possível também identificar uma pequena mercearia. Conforme as informações coletadas, a Mercearia do “Seu Marcelino” tem prestado serviços à comunidade por mais de 50 anos, e atuou como intermediária na aquisição de castanhas de caju nas décadas de 1980 e 1990. Inclusive, o Museu de Economia buscou retratar a mercearia na exposição temática do MCS. Nas figuras abaixo, foram reunidas fotografias reais do local e da exposição do MCS (2022).

Figura 03 – Mercearia do “Seu Marcelino” Portalegre/RN e exposição no MCS – 2022



Fonte: Acervo dos autores/Museu de Economia (2022).

O grupo também visitou a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) do Sítio Sobrado, localizada em Portalegre/RN, que obteve a certifica-





ção por meio do processo FCP n.º 01420.003231/2006-91, com a certificação oficializada pela Portaria n.º 8/2007, publicada no Diário Oficial da União em 07/02/2007 (FCP, 2022). Esta comunidade é de origem afrodescendente e suas narrativas resgatam um período de opressão e luta pela sobrevivência em uma sociedade historicamente marcada pela exclusão e pelo estigma.

Atualmente, a dinâmica da comunidade se encontra em transformação. Uma das moradoras relatou que “[...] o negro hoje tem mais brilho no olhar”, destacando o papel crucial das universidades na dissipação do véu da ignorância e na promoção do diálogo sobre igualdade racial e formação. A agricultura também foi mencionada, principalmente para atender às necessidades internas da comunidade, com foco em pais e alguns filhos. Essa mudança fica cada vez mais evidente quando se observa a comunidade in loco. Os netos e bisnetos estão cada vez mais envolvidos em estudos e carreiras variadas, o que gradualmente redefine a dinâmica do local à medida que a comunidade se integra mais à vida urbana e se influencia pela chamada “vida moderna”.

Com a criação da Associação “Amélias”, se observou o compromisso dos moradores em preservar as tradições populares e culturais, que, de acordo com a entrevistada, vêm diminuindo ao longo dos anos. Isso demonstra a resiliência da mulher e a forte identidade comunitária. A associação concentra seus esforços na produção de roupas e acessórios, capacitando seus membros por meio de cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Santa Cruz/RN. Além disso, o grupo tem sido bem-sucedido ao acessar recursos de crédito e políticas públicas, graças à sua organização e informação. Na exposição, a representação da Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQ) pode ser vista por meio dos cordéis expostos nas prateleiras, vídeos reproduzidos, entre outros elementos.

Em Luís Gomes/RN, a equipe realizou visitas à Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) de Lagoa do Mato e Coati, bem como a outras duas localidades com predominância histórica de população negra: foram conduzidas conversas com moradoras da Rua do Cachimbo Eterno e da Vila Aparecida. Nessas localidades, observaram-se traços sociais, culturais e até mesmo econômicos semelhantes aos das comunidades quilombolas oficialmente reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

A certificação da CRQ Lagoa do Mato e Coati ocorreu por meio do Processo n.º 01420.100614/2018-40, com a certificação formalizada pela Portaria n.º 120/2018, publicada no Diário Oficial da União em 26/04/2018 (FCP, 2022). No que se refere à situação fundiária, não se identificou a existência de um processo em andamento para a concessão da titulação das terras.

Durante a visita, plantações de milho e feijão foram notadas na área da CRQ Lagoa do Mato e Coati. Um morador estava separando feijão no terreiro quando a equipe chegou. Também foi observada a criação de animais, embora em pequena escala, indicando uma mudança na dinâmica de produ-





ção e criação na comunidade, semelhante ao que foi visto em Portalegre/RN, produção voltada principalmente para o consumo das famílias. Em resumo, a ênfase na agricultura e na produção de farinha, que caracterizava as origens dessas comunidades, foi gradualmente modificada ao longo do tempo, resultando em uma alteração na forma como essas famílias se reproduzem socialmente.

Mudanças também foram observadas na rua Cachimbo Eterno que passou por processos de urbanização. Ao longo do tempo, as distâncias físicas foram encurtadas, promovendo gradualmente mudanças na região. Conforme observado por Fonseca e Silva (2016, p. 442), “essa transformação nas áreas historicamente discriminadas e economicamente desfavorecidas da cidade não é apenas uma renovação de caráter físico, mas também representa uma nova perspectiva sobre a cultura afrodescendente de forma simbólica”.

As narrativas na casa de uma das entrevistadas, localizada na Rua do Cachimbo Eterno, revelaram elementos das memórias que permitem a compreensão das identidades e das transformações socioespaciais. A cultura apresentada era marcada pela irreverência, mas também pela resistência, uma vez que os depoimentos refletiam os conflitos sociais do passado. Vale destacar que os negros historicamente habitavam uma área segregada, na qual tinham limitado acesso e interação com os brancos. Até mesmo as celebrações eram separadas, com festas distintas para negros e brancos, conforme relataram as depoentes.

Na Vila Aparecida, localizada em Luís Gomes/RN, as narrativas revelam uma história marcada por fé, devoção e resistência. Afinal, a imagem de Nossa Senhora Aparecida surgiu e começou a ser cultuada em um período após a abolição da escravidão, quando o racismo e a exploração da comunidade negra ainda eram prevalentes. Conforme observado por Fonseca (2021), essa circunstância contribuiu para fortalecer a comunidade em sua luta contra o preconceito. Segundo Fonseca, a construção da capela testemunha esse contexto político e revolucionário, sendo inclusive o cenário de eventos históricos relevantes, como a passagem da Coluna Prestes em 5 de fevereiro de 1926.

Na exposição, a história foi apresentada por meio de painéis informativos, mapas, tem também uma réplica da igreja.





Figura 04 - Exposição: Vila aparecida, 2022



Fonte: MCS (2022).

O detalhamento de parte da exposição temática do MCS e análises apresentadas neste texto destacam uma dinâmica espacial e simbólica em constante transformação. Esses lugares representam um espaço multidimensional onde ocorrem relações complexas, marcadas por antagonismos, distâncias e aproximações. Esses locais são palcos de disputas e complementaridades, mas, acima de tudo, são espaços de resistência.

As narrativas e as diversas perspectivas abordadas nas entrevistas lançam luz sobre a significativa relevância de projetos de extensão que buscam preservar e compartilhar essas memórias. Essas histórias nos lembram a importância fundamental de compreender os processos que moldam nossa sociedade e, sobretudo, de apreender como os seres humanos, coletivamente, contribuem para a formação de uma sociedade cuja trajetória não é previamente definida pelos indivíduos, mas sim moldada por intrincadas relações.

É crucial, portanto, analisar o modo como os indivíduos se unem, as razões pelas quais eles constroem determinadas configurações sociais, e como e por que essas configurações evoluem e se transformam ao longo do tempo.

Como afirmou Elias (2000, p. 57), compreender “[...] o modo como os indivíduos se agregam, como e por que eles formam entre si uma dada configuração ou como e por que as configurações assim formadas se modificam e, em alguns casos, se desenvolvem” é essencial para a compreensão profunda de nossa sociedade. Projetos de extensão que documentam e compartilham essas memórias desempenham um papel crucial nesse processo, permitindo que as futuras gerações aprendam com o passado e enriqueçam sua compreensão do presente.

3 CONCLUSÃO





O PROCULT desempenha um papel crucial na preservação, valorização e difusão da cultura e da história do sertão, destacando-se na 7ª edição pela sua abordagem centrada nas comunidades negras e quilombolas da região. Neste projeto, observa-se um marco significativo na promoção da diversidade cultural e no combate às desigualdades históricas, ao proporcionar visibilidade e reconhecimento às ricas tradições e legados dessas comunidades.

Além disso, contribui-se para a conscientização pública sobre a importância dessas culturas para a identidade brasileira e para o enriquecimento da herança cultural nacional. Ao apoiar e fomentar iniciativas extensionistas que valorizam as narrativas, as artes e as práticas culturais das comunidades negras e quilombolas, é desempenhado um papel fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todas as vozes e histórias têm espaço para serem ouvidas e apreciadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia (Org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/quilombos_sao%20paulo_1e.pdf>. Acesso em 23 maio 2022.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Programa Brasil Quilombola**. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/guia-de-politicas-publicas-para-comunidades-quilombolas/view>>. Acesso em 23 maio 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em 23 maio 2022.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DE SÃO PAULO (CSIP). **Informações sobre a CRQ do Sítio Pega em Portalegre/RN**. 2022. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/sitio-pega/>>. Acesso em 23 maio 2022.

CRUZ, Kelma Cristina Melo dos Santos; VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Produção familiar, agronegócio e desenvolvimento local sustentável em área remanescente de quilombo um estudo de caso na comunidade Kalunga**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 42. 2004,





Cuiabá. **Anais...** Cuiabá/MT, 2004. Disponível em: <<https://sober.org.br/palestra/12/12O503.pdf>>. Acesso em 26 abr. 2022.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). **Portaria de Certificação da CRQ do Sítio Pega e outras.** 2007. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/02/2007&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=108>>. Acesso em 23 maio 2022.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FONSECA, Ciro Leandro Costa da; SILVA, Elen Karla Sousa da. E o cachimbo que não foi eterno: o negro no livro dos afiguraves. **Palimpsesto.** Rio de Janeiro, Ano 15, n. 22, jan.-jun. 2016, p. 437-443. ISSN: 1809-3507.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Informações sobre CRQ do Sítio Pega.** 2022. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/portalegre-quilombo-sitio-pega/#!/map=38329&loc=-6.026032218117456,-37.96766767621057,17>>. Acesso em 23 maio 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Informações sobre CRQ da Lagoa do Mato e Coati.** 2022. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/luis-gomes-quilombos-lagoa-do-mato-e-coati/#!/map=38343&loc=-6.408324220273421,-38.389207145577046,17>>. Acesso em 23 maio 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Tabela de Comunidades Remanescentes Quilombolas certificadas no Rio Grande do Norte.** 2022. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rn-20012022.pdf>>. Acesso em 23 maio 2022.

MORAIS, Glória Cristiana de Oliveira. Para uma possível etnografia da comunidade do Pêga (Portalegre/RN). **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 4, n. 08, 2003.

MUSEU DA CULTURA SERTANEJA (MCS). **Proposta de Projeto de Extensão do PROCULT – 7ª edição.** Pau dos Ferros/RN: MCS, 2021.

PORFÍRIO, Francisco. **“Quilombolas”.** Brasil Escola. 2022. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2022.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil**





(1986-2010). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celi-
na Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território
nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 129-136, 2002.

